

ESTUDOS DO TRABALHO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ABORDAGEM/OBJETO E ALGUNS DESAFIOS PARA A ANÁLISE DE UMA “CLASSE OPERÁRIA EMPÍRICA” [1]

Igor Peres

Cite este artigo: PERES, Igor. Estudos do Trabalho: Breves Considerações sobre a relação abordagem/objeto e alguns desafios para a análise de uma “classe operária empírica”. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.23-38, dezembro. 2010. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 31 de dezembro de. 2010.

Resumo: O objetivo deste texto é, tomando como ponto de partida algumas contribuições de Leôncio Martins Rodrigues para os estudos do trabalho no Brasil na década de 1960, apresentar para discussão aspectos que possam contribuir de maneira pontual para se pensar limites e possibilidades na abordagem do tema trabalho. Para tanto, utilizo alguns dados extraídos de um questionário aplicado aos trabalhadores de uma fábrica no Sul-Fluminense, o que permite diante do que Rodrigues chamaria de uma “classe operária empírica”, trabalhar com questões relativas à percepção dos trabalhadores acerca de suas trajetórias, assim como problematizar a relação abordagem/objeto num âmbito mais geral e também neste caso em particular.

Palavras-chave: trabalho, trabalhadores, sindicatos e indústria automobilística.

1. Introdução

Neste trabalho, tomo como objeto de estudo um grupo de trabalhadores da montadora Volkswagen-Ônibus e Caminhões (doravante, VW) instalada no município de Resende em 1996 e que opera em um modelo caracterizado, entre outros fatores, pela “produção enxuta”, notadamente marcada pela alta otimização do espaço fabril e pelo número reduzido de postos de trabalho diretos, se comparado à antiga estrutura fordista de produção. A organização fabril mencionada se estrutura a partir do paradigma modular. O “consórcio modular”, (como se convencionou chamar este tipo específico de arranjo produtivo) funciona numa lógica produtiva sob a qual diferentes empresas participam da linha de produção, dividindo riscos e lucros. Abreu, Beynon e Ramalho (2000), Ramalho (1999) e Ramalho e Santana (2001a) empreenderam análises que tratam das implicações locais deste paradigma produtivo no que tange a seus aspectos sociais, políticos e econômicos.

Serão analisados alguns dos resultados de um *survey* [2] realizado com os trabalhadores da montadora no ano de 2001, onde, através de um questionário de setenta perguntas, buscou-se identificar um perfil dos trabalhadores das diversas empresas que compunham o consórcio. Para tal, o texto se apoiará em aspectos presentes em algumas perguntas e respostas do questionário que poderão nos ajudar a pensar em questões, que, desde

a década de 1950, de forma complexa e desigual, impulsionaram o debate sobre a constituição e consolidação da análise sociológica relacionada aos trabalhadores e suas organizações representativas em nosso país. Para isso, serão selecionados aspectos abordados e problematizados por Leôncio Martins Rodrigues em duas de suas obras, *Conflito industrial e sindicalismo* e *Industrialização e atitudes operárias- estudo de um grupo de trabalhadores*, publicadas nos anos de 1966 e 1970, respectivamente.

Esta proposta poderá nos aproximar do que Rodrigues certa feita nomeou “classe operária empírica”. A escolha de dialogar com a perspectiva analítica do autor mencionado, fazendo-a trabalhar numa realidade específica, não eliminam contribuições analíticas anteriores, assim como as empreendidas até o momento presente. O conceito de “classe operária empírica” será menos utilizado como sinônimo de uma abstração para fins explicativos de fenômenos e manifestações da realidade (seu caráter de conceito *strictu sensu*), mas sim como expressão/resultado de uma metodologia investigativa determinada.

Num primeiro momento, trataremos de fazer uma breve contextualização do ambiente no qual Rodrigues pensa e aponta para novas possibilidades de leitura das questões relacionadas aos trabalhadores e ao movimento operário. Num segundo momento, serão abordadas rapidamente as transformações ocorridas no mundo do trabalho em um contexto mais amplo e, de maneira mais específica, seus desdobramentos nas unidades produtivas brasileiras, com ênfase na montadora VW. Em um terceiro e quarto momentos do texto, destacaremos alguns pontos contidos no resultado da pesquisa com o grupo de trabalhadores da fábrica que contribuirão para traçar um perfil breve e geral desses operários. Para concluir, serão feitos apontamentos sobre o uso do material empírico somado às considerações que dizem respeito a alguns limites e possibilidades para se pensar análises posteriores relacionadas ao campo da Sociologia do Trabalho.

2. A breve contextualização de um aporte teórico

*No Brasil, os estudos sociológicos sobre o movimento operário estão apenas começando. A maior parte dos escritos anteriores estão ainda movidos por intenções político-programáticas. Sua debilidade principal, ao nosso ver, reside numa insuficiente atenção às características da formação do proletariado em nosso país e no fato de não analisar mais a fundo o comportamento efetivo da classe, suas aspirações, sua atitude com relação aos sindicatos, aos partidos e ao trabalho. Na ausência de pesquisas e de informações mais completas sobre o proletariado brasileiro, esses trabalhos têm operado com um conceito de classe operária **que não corresponde ao que chamaríamos de ‘classe operária empírica’.***
(RODRIGUES, 1966:13, grifo do autor)

Em decorrência do processo de expansão industrial ocorrido no Brasil e que obteve grande impulso na década de 1950, novos grupos sociais se apresentam na cena social brasileira [3].

As duas obras de Rodrigues fazem parte de um esforço para empreender uma análise sociológica do movimento operário naquele período. Os esforços até então empreendidos para

compreender a situação dos trabalhadores e sindicatos carregavam, para o autor, um aspecto normativo marcado pela influência de ideologias presentes no seio do movimento operário que, ainda segundo ele, não deviam “*ser menosprezadas, mas seu valor científico, de um modo geral, [era] pequeno porque eram carregados por considerações valorativas*”. (RODRIGUES, 1966:11)

Segundo esta linha “valorativa” destacada pelo autor, a determinação do conceito de classe se configuraria a partir da posição que a classe ocupa no sistema de produção capitalista, este tomado abstratamente e definido pelos aspectos mais universais, entre os quais se destacariam o lucro e a apropriação privada da mais-valia, perdendo-se, neste caminho, não somente aspectos estruturais particulares, mas também experiências vividas pelos trabalhadores em cada especificidade investigada.

Podemos apontar neste contexto duas principais linhas de investigação. De um lado, o operário como fator de produção (abordagem micro-sociológica) e, de outro, o operário como fator de mudança social ou elemento pertencente a uma classe (abordagem macro-sociológica). No primeiro caso, o aspecto psicológico dos trabalhadores era muitas vezes tomado como ponto principal, enquanto as variáveis mais abordadas pelo segundo tipo, a saber, sócio-culturais e políticas, eram relegadas ao segundo plano.

Para buscar romper com esse dualismo analítico, surge a opção de combinar os dois tipos de abordagem, que, trabalhados conjuntamente, poderiam lograr resultados cientificamente mais profícuos, no que tange à relação abordagem/objeto. O desafio estaria, então, em apreender a percepção que os trabalhadores tinham das mudanças ocorridas em cada contexto específico. O que representavam aqueles processos para aqueles agentes? Quais eram suas atitudes ante a empresa? Quais suas concepções do sindicato? E seus comportamentos políticos? O conceito de “classe operária empírica” utilizado por Rodrigues pode ser entendido, portanto, como resultado de um movimento mais amplo que se relaciona com a tentativa de constituição/consolidação das ciências sociais no Brasil, mas particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

É possível caracterizar esse processo, como vimos anteriormente, por: a] demarcação/definição positiva do que seria uma investigação científica da classe operária, ou seja, tipos de abordagens validados pelos pares e cânones investigativos tradicionais das ciências sociais, alinhados com métodos científicos universalmente legitimados e b] por uma crítica com relação às análises normativas da classe trabalhadora, que seriam marcadas pelo que “deveria ser” o seu comportamento e constituição e não como ela se apresentava para a investigação, “seu comportamento efetivo”. Vale ressaltar o trabalho de alguns pesquisadores que estiveram envolvidos neste movimento de profissionalização da sociologia do trabalho, dentre os quais estão Evaristo de Moraes Filho, Juarez Brandão Lopez, Azis Simão, José Albertino, entre outros.

[4]

A escolha pela utilização do *survey* em questão deve ser rapidamente justificada. A aplicação de um questionário com o objetivo de traçar um perfil dos trabalhadores de uma

empresa determinada nos aproxima das condições pontuadas por Rodrigues para a investigação desta “classe operária empírica” em questão. É relevante, ainda, ressaltar algumas proximidades em relação ao método de abordagem e ramo industrial “recortado” tanto pelos pesquisadores que encomendaram o questionário aplicado em 2001 (Ramalho e Santana), como o utilizado pelo próprio Rodrigues, que resultou na publicação de seu livro *Industrialização e atitudes operárias - estudo de um grupo de trabalhadores (1970)*. Ambos tratam do ramo automobilístico e ambas as cadeias produtivas estudadas consistem em unidades de produção multinacionais instaladas no Brasil, havendo proximidades também, com exceções, no que concerne ao tipo de perguntas aplicadas aos trabalhadores. Às proximidades devem, contudo, ser guardadas as proporções de seus respectivos momentos históricos, os quais envolveriam uma gama de possibilidades e afinidades eletivas que poderiam, ou não, ter condicionado a motivação dos autores no sentido de empregar tal metodologia de estudo, o que constituiria interessante objeto para outros estudos.

3. A reestruturação do objeto de estudo

Como resultado da combinação de complexos processos em escala global, dentre os quais a intensificação dos movimentos de mundialização do capital [5], o acirramento das disputas por formas mais vantajosas de sua valorização e o uso de novas tecnologias associadas às transformações científico-técnicas, que assumiram contornos desiguais e contraditórios, deu-se a reespecialização de cadeias produtivas para novos territórios. Assim, a indústria automobilística, grande bastião do modelo de produção fordista, sofreu enormes transformações em sua organização. No Brasil, esse ramo da indústria que ganhou maior impulso a partir dos anos 1950 e que havia sido o carro-chefe do projeto nacional-desenvolvimentista, sofreu impactos notáveis que tomaram maiores proporções no início da década de 1990. Os complexos automotivos, anteriormente concentrados com maior pujança em São Paulo, na região do Grande ABC, foram remanejados para outros territórios, movimentos já analisados por Arbix e Zilbovicius (1997) e Salerno (2002). Neste contexto, o município de Resende recebeu em 1996 a montadora alemã VW. No processo de negociação para a vinda da montadora multinacional, foram demandadas algumas transformações no sentido de tornar a localidade atrativa para tal empreendimento, como bem apontaram Arbix (2000) e Ramalho e Santana (2001b).

Dentre as mudanças, para além dos aspectos estruturais (readaptação de centros de formação profissional, comércio, transporte, obras de infraestrutura etc.), estava o recrutamento de uma classe operária habilitada a trabalhar na fábrica, tendo em vista a exigência de um grau diferenciado de qualificação para operar as técnicas empregadas no processo produtivo ali instalado. Para os fins deste trabalho, utilizamos o termo formação/qualificação profissional num sentido estrito, ou seja, relacionado a uma prática técnica determinada, no exercício de funções no processo de trabalho. O tema formação/qualificação profissional tem sido objeto de intensos debates por parte dos especialistas interessados no tema. Ressalvas a parte, vale ressaltar alguns consensos parcialmente já construídos no que diz respeito aos contornos que

ganharam os processos de formação/qualificação profissional direcionados a atender demandas da montadora.

Entre os pontos minimamente consensuais contidos nos trabalhos sobre a região estão o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores e a substituição gradual de um tipo de qualificação formal para um modelo de qualificação baseado em atributos tais como, “polivalência, capacidade de decisão e de iniciativa, pela cooperação, pela autonomia, pela responsabilidade, pela criatividade e participação efetiva deste trabalhador no processo produtivo” Rocha (2006), revelando um redirecionamento das atribuições dos trabalhadores. Santana (2010), Gentile (1998) e Castro (1994) se debruçaram sobre o tema, tanto num enfoque mais geral, como numa perspectiva mais particular.

O tipo de arranjo produtivo no qual trabalha a VW se caracteriza pela participação direta das fornecedoras de componentes dos automóveis e montadoras de peças na cadeia produtiva. Na unidade de Resende são sete as empresas subcontratadas, divididas em produtoras de chassis, eixos, rodas e pneus, motores, cabines, estamperia e pintura. O fato de a fábrica ter se constituído em 1996 é bastante significativo. Tal acontecimento operou uma espécie de efeito “marco zero” para a nova montadora, o que resultou numa “decantação” de possíveis transtornos em consequência de um período de transição de um modelo de produção para outro. A região do sul fluminense que havia experimentado “uma fase de forte engajamento do Estado desenvolvimentista nas décadas de 1930, 1940 e 1950” Lima (2006), o que significava um modelo específico de *constituição* e *uso* da força de trabalho, se encontrava, doravante, em meio a modificações marcantes. Este tipo de força de trabalho empregado em momentos anteriores na região pode ser encontrado em Morel (2001) sobre os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A fala de Carlos Perrut, presidente do Sindicato dos metalúrgicos de Volta redonda em 2001 esclarece sobre este “choque” entre conjunturas distintas.

A gente tinha uma política sindical muito ligada à CSN, que é uma grande empresa. (...) A gente tinha essa cultura metalúrgica. (...) Com a vinda primeiro da Volks... foi uma coisa inovadora (...) Por quê? A gente não sabia disso... o sistema de funcionamento da Volks é o único do mundo, é o sistema modular. (...) Houve esse impacto de serem módulos... então, a princípio, nós tivemos um choque de comportamento em relação à CSN (RAMALHO, 2006:29).

A absorção de uma força de trabalho mais jovem e com maior nível de qualificação por parte da nova empresa viria implicar um repensar das práticas destes agentes em seus mais variados campos, dentre os quais os referentes às práticas político-organizativas. Estes agentes teriam, então, que lidar com as novas demandas de uma classe operária forjada em meio a tais transformações.

Esta situação material/ simbólica nos remete forçosamente ao trabalho de Beaud e Pialoux (2004). Os autores, após 15 anos de pesquisa em uma unidade da montadora Peugeot, localizada em Sochaux- Montbéliard na França, sintetizaram em um clássico (*Retour sur la condition ouvrière- enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*, Fayard, 2004) os

resultados de profunda pesquisa que logrou responder a um problema de pesquisa central que o campo fizera ver, a saber, entender “o que [viria] a ser a condição operária após a classe operária”(BEAUD e PIALOUX, 2006). A questão era de tal monta que os autores chegaram “a propor, em um primeiro momento, o título “Operários após a classe operária” no lugar de *Retour* (idem, 2006:44).

Embora não tenhamos dados para sustentar uma “desestruturação”, “desaculturação” e tampouco uma perda do “sentido de classe” e da “autonomia simbólica” do grupo operário local (Sul-fluminense), é particularmente interessante a forma como os operários da VW se auto-definem. Se estivermos de acordo com a tese de Beaud e Pialoux (2006:45) de que “as mudanças nas palavras envolvem toda uma relação com o mundo”, então não podemos deixar de destacar que estatísticas recentes [6] apontam que 52,2% dos trabalhadores se identificam como colaboradores e 18,5% se definem como parceiros, perfazendo um total de 70,7% do universo analisado. Para os efeitos de contraste que gostaríamos de frisar, não deixa de ser significativo que apenas 1,3% dos trabalhadores se definam como operários e outros 1,3% como peões. Assim como apontam os autores, na realidade por eles investigada, poderíamos também, focados neste aspecto específico, sustentar que “o termo operário fica desvalorizado no mercado lingüístico das profissões”.

4. Um perfil dos trabalhadores da VW - uma análise da “classe operária empírica”

O questionário [7] aplicado entre os trabalhadores baseou-se numa amostra de 10% num universo de novecentos (900) operários, num total de setenta (70) perguntas que envolviam questões diversas. As questões variavam desde a origem e grau de escolarização até a filiação aos sindicatos. Esta proporção de trabalhadores entrevistados permitiu que se fizesse, guardadas as devidas margens aceitáveis de erro, uma projeção para a totalidade dos trabalhadores da fábrica.

Dentre alguns resultados obtidos pela pesquisa selecionarei alguns mais ilustrativos no que diz respeito ao perfil desses trabalhadores e às relações de trabalho e relações com seus órgãos de representação. Sobre os dados socioeconômicos podemos perceber que do total de entrevistados, 60% dos entrevistados moram em Resende, 37% disseram possuir o segundo grau completo, 65% recebem de três a cinco salários mínimos e 82% fizeram algum tipo de curso profissionalizante. Quando passamos a tratar de relações de trabalho nota-se que 86% têm orgulho de trabalhar na fábrica e por esse motivo ser respeitado como trabalhador, enquanto 59% consideram que o ritmo de trabalho na fábrica é rápido em metade do tempo e 36% se sentem preocupados com o trabalho quando estão fora dele. Passando ao campo da participação político-sindical percebemos que 82% apontam como expectativa principal em relação à diretoria do sindicato o diálogo com a empresa, 70% avaliam que a luta prioritária dos sindicatos teria que ser proporcionar cursos profissionalizantes para a categoria e 46% apontam como ótima a atuação das comissões de fábrica, enquanto que em relação ao sindicato o número cai para 29%.

Destacando alguns pontos contidos em cada grupo de questões da pesquisa, podemos dizer que o perfil básico dos trabalhadores da VW é o seguinte: majoritariamente jovem, casado com dois filhos, do sexo masculino, católico, em maior número escolarizado, com segundo grau completo ou curso superior, dos quais muitos ainda estudam, tem uma trajetória no mercado de trabalho não associada ao setor industrial, na grande parte dos casos está preocupado com o desemprego, se sente pressionado no trabalho quando está fora dele. A maioria é sindicalizada e avalia de forma positiva a atuação dos sindicatos e da comissão de fábrica criada em 1999.

Utilizando algumas das ferramentas metodológicas propostas por Leôncio Martins Rodrigues - neste caso um questionário que nos permitisse uma aproximação/apreciação do objeto em questão através dos dados diretamente fornecidos pelos agentes investigados - podemos afirmar que estaríamos, nos termos do autor, diante de uma “classe operária empírica” específica. Na formulação do questionário estavam presentes questões que remetiam às relações de produção no interior das fábricas, ao perfil político dos trabalhadores e às características sócio-econômicas de sua formação como trabalhadores, sua condição operária. Neste sentido, são apreendidos, com o objetivo de indicar uma síntese da documentação aqui apresentada, dois aspectos do objeto em tela: a] as variantes extra-fábrica, que visam abordar o movimento de formação de uma classe operária determinada, recrutamento, formação profissional, etc, assim como b] as variantes internas, tomando o termo “internas” como referente ao processo de trabalho como tal.

5. A relação abordagem/objeto

Após a análise dos resultados do survey, se por um lado acreditamos nos aproximar do conceito de “classe operária empírica”, por outro se apresentam novos desafios para estudos futuros. São necessárias, porém, observações a respeito de tal afirmação. A] A constatação de que, com os materiais estatísticos que a pesquisa empírica nos proporcionou, nos aproximamos do que Rodrigues denominou “classe operária empírica”, não implica uma asserção valorativa do tipo válido ou não-válido; B] Na mesma linha, não pretendemos discutir aqui a eficácia, ou não, da utilização da metodologia empírica no sentido de eliminar o caráter “ideológico” de qualquer investigação científica. Um debate sobre os caminhos e métodos para tal, e até mesmo sua possibilidade de êxito, nos desviaria em muito dos objetivos deste artigo, além de não serem reunidos neste trabalho elementos suficientes para tal discussão. Limitar-nos-emos a afirmar, portanto, que a abordagem através dos questionários, ao mesmo tempo em que permite uma aproximação em relação ao objeto de estudo, reflete contradições no que tange às respostas a algumas questões contidas no questionário aplicado aos trabalhadores.

Quando perguntados sobre o ritmo de trabalho, grande parte dos trabalhadores o qualificou como na medida certa (44%), somados a 1% que o qualificou como lento, o que contabiliza quase a metade dos questionados. Porém, se somados os percentuais em relação a frequência com que se exaurem, o resultado atinge a marca de 90% dos trabalhadores que dizem sair da fábrica exauridos. Neste item do questionário estavam presentes (*gráfico 1*) as seguintes opções para resposta: “todos os dias”, “a maioria dos dias”, “metade do tempo”, “alguns dias” e

“nunca”. A ambigüidade destacada acima se revelaria, neste caso, entre as respostas referentes às variáveis: ritmo de trabalho e frequência com que se de exaurem (*gráfico 2*).

Gráfico 1

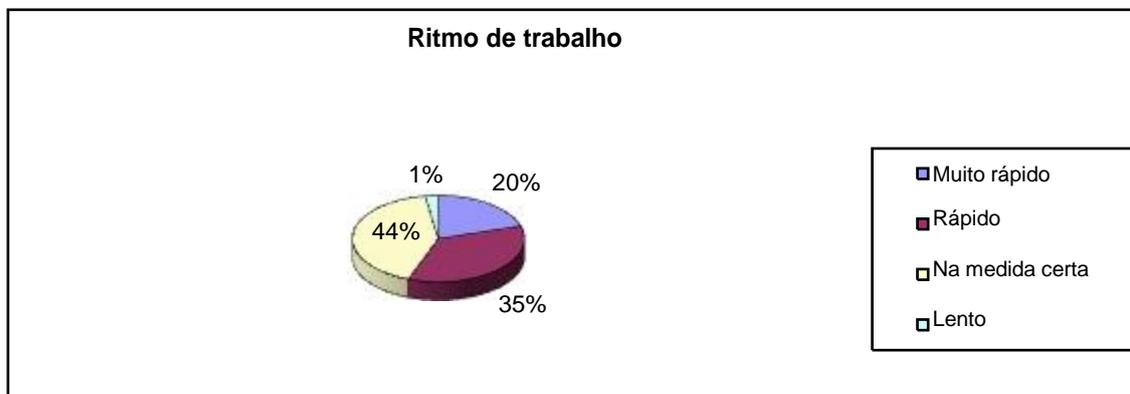
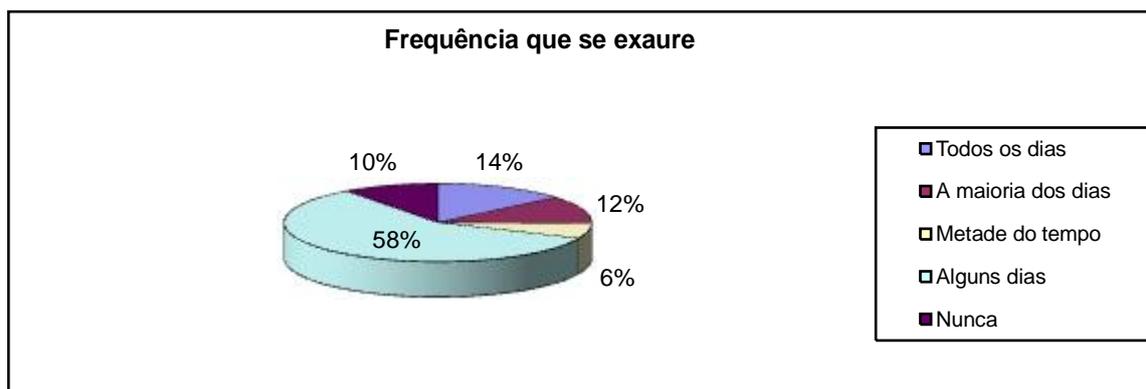


Gráfico 2



Sobre o quesito relacionamento das empresas do consórcio com seus funcionários, apenas 1% trabalhadores o considerou ruim, enquanto 45% o consideraram bom e 35% o avaliaram como ótimo. Contudo, o recurso às entrevistas efetuadas intra-fábrica com os trabalhadores do consórcio é extremamente significativa no sentido de oferecer elementos para problematizar tais relações. As ambigüidades, neste caso, se apresentariam entre as respostas majoritariamente positivas no que tange funcionário/ empresa- o que poderia à primeira vista nos remeter a uma impressão simétrica das “relations in production” (BURAWOY,1979) [8]- e os espaços disponibilizados para a construção e discussão de questões apresentadas pelos trabalhadores sobre suas condições de trabalho.

O trecho de uma das entrevistas com um gerente de uma das empresas do consórcio é ilustrativo e nos ajuda a lançar luz sobre as contradições que envolvem a proposta de “trabalho em equipe”.

O projeto é muito bonito, mas aqui basicamente a linha não pára para nada. Não há tempo para a reunião desses times (...) eles disseram que toda vez que linha pára, a equipe se dirige para lá [aqui o gerente faz referência a uma outra montadora localizada no sul do Brasil] e realiza a discussão com o líder do grupo. E se a linha não pára? Esta não é a postura dentro do consórcio. (entrevista cedida por um gerente de uma das empresas que compõem o consórcio modular) (ROCHA, 2006: 150)

Nota-se bem, neste trecho, que outra variável salta aos olhos e ocupa papel relevante na fala do entrevistado, as “relations of production” (ou seja, formas de trabalhar na produção). (ROCHA, 2006) nos traz importantes considerações sobre os espaços para discussão e representação dos trabalhadores.

Os membros da comissão de fábrica afirmaram que assuntos relativos ao contrato coletivo e outras questões salariais ou jurídicas não eram discutidos nesse espaço (...) na literatura sobre novos perfis profissionais, parte das novas competências requisitadas diz respeito à participação dos trabalhadores na solução dos problemas. Mas a participação do trabalhador nos problemas do cotidiano parece mais ligada a questões que não eram tradicionalmente responsabilidade do trabalhador na linha (como controle de qualidade, manutenção e limpeza da área de trabalho) do que a uma maior autonomia nas decisões sobre a organização da produção. O espaço construído para a participação, formalizado como tal, é ainda a “caixinha de sugestões”. (ROCHA, 2006:152).

Com relação ao quesito pressão no trabalho é interessante tecer também alguns comentários. O percentual dos trabalhadores que revelaram nunca ter sofrido pressão foi de 39%, enquanto os 61% restantes se dividiram entre 9 % muito pressionados, as outras parcelas se dividindo em 15% razoavelmente preocupados e 24% pouco pressionados. Em entrevista realizada com trabalhadores da empresa, Cordeiro (2008) nos traz importante material capaz de ilustrar a percepção destes trabalhadores acerca desta questão. A metodologia de questões abertas proporciona, neste caso, ricos materiais de pesquisa. Um funcionário do consórcio modular nos diz:

O trabalho em si até que não [é agradável], a pressão e a “encheção” de saco que é bem grande(...) o negócio deles é só produção, produção; se você tem perda de produção num dia acarreta que você tem que repor a perda todinha no outro, então a pressão é bem grande. (...) E quando chega lá na frente com defeito é mais complicado ainda, gera reclamação, atraso na produção, tem que parar a linha, é feita reunião; é “encheção” de saco, todo mundo falando, a pressão é bem grande. (CORDEIRO, 2008:27)

Podemos inferir deste trecho uma tendência apresentada na fala de outros trabalhadores. Apesar do discurso por parte das empresas que compõem o consórcio de diálogo aberto, participação, etc, o que se vê na realidade não é o mesmo que se passa nas aparências. A tão alarmada horizontalidade da produção, impulsionada, entre outros, pelas novas formas de organização da produção objetivando maior espaço para a tomada de decisões por parte dos trabalhadores, rompendo com a já “obsoleta” separação entre concepção e execução do trabalho,

não se confirmam, ou pelo menos não proporcionam os resultados emancipatórios enunciados em um primeiro momento.

Além disso, acreditamos ter elementos para argumentar na direção de uma tendência para o deslocamento do conflito entre trabalhadores e gerência para um conflito generalizado, que abarcaria também os desencadeados entre os próprios trabalhadores. Não verbalizamos com isso a superação dos conflitos entre trabalhadores que ocupam cargos de gerência e trabalhadores da linha de produção. Inferiremos somente, a partir dos números apresentados, que a tese já perspicazmente desenvolvida por Braverman (1974) e aproveitada por Burawoy (1979), a saber, a tendência à permanência do controle rígido sob os trabalhadores, travestida, nesta realidade específica, de seus homônimos semântico/ simbólicos, “polivalência, capacidade de decisão e de iniciativa, pela cooperação, pela autonomia, pela responsabilidade, pela criatividade e participação efetiva deste trabalhador no processo produtivo”, é válida. Observemos os gráficos (3 e 4) a seguir:

Gráfico 3

Pressão exercida pelos colegas



Gráfico 4

Pressão exercida pela gerência



Sessenta e um por cento (61%) dos trabalhadores afirmando que se sentem pressionados, 60% se sentindo pouco ou muito pouco pressionados pela gerência, enquanto

43% elegeram as opções muito e razoavelmente para qualificar a pressão exercida por colegas, podem ilustrar favoravelmente a proposta por nós destacada de “deslocamento” dos conflitos.

O descompasso entre o discurso e a prática pode ser impulsionado, em nossa concepção, pela própria lógica imposta pelos regulamentos e metas de produção. Lembremos da afirmação do funcionário do consórcio: *“se você tem perda de produção num dia acarreta que você tem que repor a perda todinha no outro, então a pressão é bem grande”*, ou então, do funcionário de gerência quando perguntado sobre as aplicabilidades do modelo participativo de fábrica: *“O projeto é muito bonito, mas aqui basicamente a linha não pára para nada”*. As propostas de transformação ficando para a *“caixinha de sugestões”*. “Caixinha de sugestões”, que, segundo (ROCHA, 2006:152):

[...] são meios individualizados de participação e não possuem o caráter de colaboração entre trabalhadores e a gerência, já que partem de um movimento espontâneo do trabalhador, sem um comprometimento maior por parte da coletividade dos funcionários.

O desafio de pesquisa se torna, desta maneira, ainda mais instigante na medida em que se apresentam algumas limitações no que diz respeito às asserções tecidas a priori sem maior esforço de investigação. Nos diversos temas apresentados, uma análise que se resumisse à simples reprodução dos dados obtidos poderia nos remeter a uma apreciação unilateral da realidade em questão. Esta última pode tomar contornos diferentes quando nos propomos a “trabalhar sobre os dados”, ou seja, analisá-los, entre outras possibilidades, à luz de informações e técnicas de pesquisa complementar, dentre elas, a observação participante, etnografia, entrevistas, grupos focais, etc. Esforços neste sentido são apresentados em pesquisas sobre a classe trabalhadora em seus mais variados aspectos e vertentes, quais sejam, relações de produção, mercado de trabalho, formação da classe, movimento sindical, etc. Sobre as metodologias de investigação aqui citadas, servem como exemplos bem ilustrativos os trabalhos de Braga (2009), Fontes (2008), (BEAUD e PIALOUX, 2004), (SANTANA, 2001c), (RAMALHO, 1989, 2001c), (PESSANHA, 2001), (BRAVERMAN, 1974), (BURAWOY, 1979), Leite Lopes (1978), entre outros que possam auxiliar/complementar a apreciação de tais materiais estatísticos.

Como entender um processo tão complexo? Que ferramentas utilizar? Quais as contribuições do conceito “classe operária empírica” para se pensar as diversas sócio-lógicas que envolvem as relações de trabalho e os trabalhadores? O que podemos notar em resultados preliminares de pesquisa é que, embora tantos outros pontos evidenciados pelo questionário possam ser confirmados simplesmente se operando com variáveis estatísticas, como por exemplo, idade dos trabalhadores, nível de escolaridade e estado civil, surgem simultaneamente, após uma primeira análise, questões que nos levam a pensar no ambiente de trabalho como um *locus* onde são forjadas complexas relações.

Tal posição frente ao objeto de estudo poderia servir no sentido de acrescentar ao arsenal analítico do pesquisador possibilidades de explorar outras perspectivas com relação aos agentes sociais envolvidos em cada contexto específico. Dentre elas as que explicitam o caráter

ativo dos trabalhadores buscando fugir a uma forma de abordagem que tenderia a localizá-los constantemente numa posição de passividade em relação a qualquer tipo de acontecimento. Uma discussão que visa traçar de maneira abreviada um panorama dos vários momentos e tendências teórico metodológicas nos estudos do trabalho pode ser encontrada em Guimaraes (2005).

Tais aspectos se tornam mais evidentes nas perguntas que remetem os trabalhadores às suas percepções em relação às condições de vida e trabalho intra e extra-fábrica, tais como ritmo de trabalho, relação com os supervisores de produção, sentimento em relação a ser um trabalhador da fábrica, etc. Ao ignorarmos tal posição/ prática no lidar com os dados, no sentido de uma apreciação mais cuidadosa, levando-se em conta as ferramentas de análise já citadas, uma greve levada a cabo pelos trabalhadores da Volks poderia, por exemplo, soar como um absurdo ou uma irracionalidade, tendo em vista o nível percentual de aprovação dos trabalhadores no que diz respeito à sua percepção do que seja ser um trabalhador da VW. No caso específico do questionário utilizado somam 86% (*gráfico 5*) os trabalhadores que se dizem orgulhosos de trabalhar na empresa. Tais movimentos contestatórios já foram, entretanto, levados a cabo por trabalhadores da montadora que reivindicavam melhores condições de trabalho e maiores espaços de representação junto à empresa em questão, e foram analisados por Francisco (2006).

Gráfico 5



6. Conclusão

Este artigo visou apresentar algumas questões que pudessem, através de uma experiência de investigação específica, pensar aspectos que contribuíssem para pesquisas ulteriores. Após a exposição das linhas que se seguiram podemos apontar para algumas conclusões preliminares. Partindo do conceito de “classe operária empírica”, que longe de encerrar definições positivas nos remeteu, em contrapartida, a reflexões sobre metodologias de abordagem a serem utilizadas em investigações sobre a classe trabalhadora, se evidenciou a necessidade de esforços de pesquisa constantes que tratem de repensar paradigmas analíticos com tendências absolutizantes, incluídos neste grupo até mesmo os de natureza empírica. Ao nos depararmos com os dados, apresenta-se com cada vez mais força a necessidade de

buscarmos alternativas que estejam para além da utilização de pressupostos cristalizados e dicotomias absolutas. O desafio da análise científica impõe, neste sentido, demandas que nos forcem a transpor barreiras como as de dualidades simples do tipo harmonia ou conflito constante, quando tratamos de processos tão complexos e contraditórios como os que envolvem os trabalhadores em suas variadas dimensões, tanto dentro como fora da fábrica. Acreditamos, assim, ter trazido alguns elementos que possam contribuir para futuros estudos sobre a classe trabalhadora em seus mais variados níveis e expressões. 

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Os gráficos (1, 2, 3, 4 e 5) foram retirados de RAMALHO, J.R e SANTANA, M.A. *Um perfil dos trabalhadores do consórcio modular*. In: Trabalho e desenvolvimento regional - efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

NOTAS

*Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IFCS). Bolsista PIBIC/CNPQ. Professor Orientador: Marco Aurélio Santana. E-mail: igorperesjeronimo@gmail.com

[1] Este texto é resultado de um período de um ano e meio de trabalho como bolsista de iniciação científica (suporte PIBIC /CNPQ e UFRJ) junto ao Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/UFRJ). Ao longo deste período foram debatidas inúmeras questões com colegas de núcleo que, certamente aparecerão, direta ou indiretamente, neste trabalho. Agradeço, fortemente, ao professor Marco Aurélio Santana que na qualidade de orientador foi de fundamental importância para a construção deste texto, assim como a Luna Ribeiro Campos pelo trabalho paciente de revisão, crítica e sugestão na leitura do escrito original. Igualmente importantes foram as sugestões pontudas pelos pareceristas contatados pelo Comitê Editorial da Revista Habitus, os quais contribuíram de maneira fundamental para a composição deste texto. Agradeço de forma conjunta, ainda, aos professores José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana, que proporcionaram, em 2009, minha entrada na fábrica para a aplicação de questionários aos trabalhadores. Esta experiência foi decisiva para suscitar algumas das questões presentes neste artigo.

[2] O survey, coordenado pelos professores José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (realizado em 2001), que contou com um total de setenta perguntas, buscou compor um perfil básico dos empregados das empresas com o intuito de esclarecer algumas questões relevantes sobre suas impressões a respeito de variados aspectos como: relações de trabalho, relações com órgãos de representação e a vida fora da fábrica. Este percentual de pessoas entrevistadas permitiu, guardadas as proporções referentes à margem de erros, uma apreensão geral da montadora.

[3] Isto não quer dizer que entendamos trabalho e trabalho industrial como sinônimo. Estamos cientes do debate que envolve o questionamento direcionado a determinada corrente dos estudos do trabalho, a qual entenderia trabalho como trabalho formal, industrial e livre. Para os fins deste estudo queremos apenas demarcar um grupo específico de trabalhadores que estaria, deste modo sim, diretamente ligado a este tipo de relações de produção, a saber, a automobilística. Em relação aos trabalhos de pesquisadores que visam superar o marco inicial 1888 como ponto de partida para os estudos do trabalho, ver GOLDMACHER, Marcela (Org.) ; Terra, P. C. (Org.) ; MATTOS, M. B. (Org.) . Faces do Trabalho: escravizados e livres. 1. ed. Niterói-RJ: EDUFF, 2010.

[4] Uma análise mais detalhada e aprofundada a respeito do que seriam os precursores da sociologia do trabalho no Brasil não seria possível neste artigo, contudo, é notável o esforço de alguns pesquisadores no sentido de tentar apreender, a partir do presente, a memória desses intelectuais em seus respectivos contextos histórico-institucionais. O recurso das entrevistas

serve de ferramenta metodológica eficaz para tal empreitada e poder ser exemplificado pelos resultados obtidos por José Sérgio Leite Lopes e Elina Pessanha no que concerne a remontar a trajetória de diversos pesquisadores dentre eles Evaristo de Moraes Filho sendo, mesmo, publicado por Pessanha em conjunto com Regina Lúcia Morel e Gláucia Vilas Bôas *Evaristo de Moraes Filho: um intelectual humanista* que trata de abordar a trajetória deste pensador que esteve envolvido com os estudos do trabalho e com os trabalhadores em seus mais variados níveis.

[5] Utilizamos a noção mundialização na falta de outro mais preciso. Contudo, vale ressaltar que concordamos com a forte argumentação de Victor Klagsbrunn em seu artigo *Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira*, publicado na revista *Crítica Marxista* nº 27 no qual o autor problematiza o emprego de tal termo (forjado por François Chesnais). Klagsbrunn demonstra como a grande difusão/utilização da noção de mundialização pela literatura atual está ligada a uma interpretação “unilateral e incompleta” da lógica de produção ampliada de mais-valor. Tal formulação radicaria “em uma separação completa entre as esferas financeira e produtiva, e não [levaria] em conta as profundas relações entre ambas, bem como a determinação última por parte da esfera produtiva”.

[6] Esses dados são extraídos de *Perfil dos Metalúrgicos da MAN Volkswagen Resende 2009 – RJ*. Os percentuais foram apresentados pelo professor José Ricardo Ramalho no evento Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania no Estado do Rio de Janeiro– as experiências da Baixada e do Sul Fluminense, realizado em 24 de novembro de 2009, ambos ligados ao Projeto de pesquisa Pensa Rio/ FAPERJ. A pesquisa foi encomendada a Equipe NEASPOC/ UFOP – Pesquisa de Opinião. Igor Peres Jerônimo (UFRJ/ IFCS/ NETS) e Luna Ribeiro Campos (UFRJ/IFCS/NETS) participaram da aplicação dos questionários.

[7] Para maiores detalhes ver “Um perfil dos trabalhadores do “consórcio modular”. (RAMALHO, J.R. e SANTANA, M.A. 2001:110).

[8] O termo “relations in production” usado neste texto é retirado de *Manufacturing consent - changes in the labor process under monopoly capitalism*, onde Michael Burawoy(1979) ao lançar luz sobre uma realidade determinada (neste caso a multinacional Allied Corporation), teorizou, a partir de sua observação participante, a produção do consentimento entre os agentes da produção como resultado de complexas interações no chão de fábrica. Pare efeitos analíticos, Burawoy operou uma fratura (não permanente, pois que constantemente imbricada, vale ressaltar) entre as “relations in production” ou “production relations” (aspecto relacional) e as “relations of production” (aspecto prático). Isto porque, para o autor americano, no chão de fábrica, a extração do mais-valor (característica *sine qua non* do modo de produção capitalista, as relações “of production”) seria mistificada a ponto de patrões e trabalhadores serem capazes de, enxergando aquele processo como um jogo de relações simétricas, trabalhadores recebendo um salário justo e patrões fornecendo os meios necessários para o andamento da produção, construir um consentimento em torno de seus “objetivos comuns”. As relações “in production” expressariam, então, “the potencial for an ethical community of freely associated producers”. Deixaremos como objeto de um possível trabalho futuro o desafio de problematizar os resultados desta “fratura analítica” entre relações na produção e relações de produção. Por ora, enunciaremos que consideramos problemática esta concessão teórica. Acreditamos, assim, nos aproximarmos da posição de Etienne Balibar em seu escrito clássico e pouco lido *Cinq Études du Materialism Historique*, no qual explicita as diferenças entre os desdobramentos teóricos da “escola” de Lukács e seus seguidores e da concepção materialista desenvolvida por Lenin, baseada na universalidade da contradição. Para uma leitura crítica do debate sobre o processo de trabalho ver o artigo de Peter Meiksins *Trabalho e Capital Monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho* publicado pela *Revista Crítica Marxista* n 3, Fundação Editora Unesp. São Paulo, 1996

REFERÊNCIAS

ABREU, A.; BEYNON, H.; RAMALHO, J.R. The dream factory. *Work, Employment and Society*, Cambridge, uk, v. 14, n. 2, p. 265-282, june 2000.

ARBIX, G. Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, p. 5-43, 2000.

- ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. De jk a fhc - a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997.
- BALIBAR, Etienne. *Cinq Études du Materialism Historique*, Frnaçois Maspero, 1976.
- BEAUD, S.; PIALOUX, M. Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares. Tempo Social revista de Sociologia da USP, 2006.
- BEAUD, S.; PIALOUX, M. Retour sur la condition ouvrière: enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard. Paris: Fayard, 2004.
- BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES , Ricardo e BRAGA, Ruy orgs. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. Boitempo Editorial, São Paulo, 2009.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX. Jorge Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1974.
- BURAWOY, Michael. Manufacturing consent- changes in the labor process under monopoly capitalism, The University of Chicago Press, 1979.
- CASTRO, Nadya Araújo. Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza, Neves, Magda de Almeida & outros. Trabalho e educação. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- CORDEIRO, Marina de Carvalho. Ser trabalhador flexível e competente: um olhar sobre a dinâmica família, trabalho e educação. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/ UFRJ), 2008.
- FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66), Rio de Janeiro, editora FGV, 2008.
- FRANCISCO, Elaine M.V A comissão enxuta: ação política no “consórcio modular” In: In: RAMALHO, J.R.; SANTANA, M.A. Trabalho e desenvolvimento regional - efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.
- GENTILI, Pablo. Educar para o Desemprego. A Desintegração da Promessa Integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e crise do trabalho Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GOLDMACHER, Marcela (Org.) ; Terra, P. C. (Org.) ; MATTOS, M. B. (Org.) . Faces do Trabalho: escravizados e livres. 1. ed. Niterói-RJ: EDUFF, 2010.
- GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Tempo Espaço: antigos desafios que se atualizam em novas abordagens. In: GITAHY, Leda (org.) & LEITE, Márcia de Paula (org.). Novas Tramas Produtivas. Uma discussão teórico – metodológica. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.
- KLGSBRUNN, Victor Hugo. Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira. In: Revista Crítica Marxista nº27, Fundação Editora Unesp. São Paulo, 2008.
- LEITE LOPES, J.S. ; O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LIMA, Raphael Jonathas da Costa. Empresariado local, indústria automobilística e a construção de Porto Real(RJ). In: Trabalho e desenvolvimento regional - efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.
- MEIKSINS, Peter. *Trabalho e Capital Monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho* publicado. Revista Crítica Marxista n 3, Fundação Editora Unesp. São Paulo, 1996.
- MOREL, Regina Lúcia M. A construção da “família siderúrgica”. Gestão paternalista e empresa estatal. In: RAMALHO, José Ricardo (org.) & SANTANA, Marco Aurélio (org.). Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro, a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PESSANHA, Elina; BOAS, Glaucia Villas; MOREL, Regina Lúcia. Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- PESSANHA, Elina G. da Fonte. Da cultura de direitos às expectativas dos sem-fábrica da Indústria Naval do Rio de Janeiro. In: RAMALHO, José Ricardo (org.) & SANTANA, Marco

Aurélio (org.). Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro, a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAMALHO, J.R. Novas Conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. In: RAMALHO, J.R.; SANTANA, M.A. Trabalho e desenvolvimento regional - efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

RAMALHO, J.R.; SANTANA, M.A. Um perfil dos trabalhadores do consórcio modular. In: RAMALHO, J.R.; SANTANA, M.A. Trabalho e desenvolvimento regional - efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

RAMALHO, J.R.; SANTANA, M.A. Promessas e efeitos práticos da implantação da indústria automobilística no Sul fluminense. In: Encontro Anual da Anpocs, 25, Caxambu, 16 a 20 out. 2001.

ROCHA, Lia de Mattos. O novo discurso da qualificação profissional na indústria automobilística do Rio de Janeiro. RAMALHO, J.R.; SANTANA, M.A. In: Trabalho e desenvolvimento regional - efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

RODRIGUES, L.M. Industrialização e atitudes operárias – estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

RODRIGUES, L.M. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.

SALERNO, M. et al. A nova configuração da cadeia automotiva brasileira. Pesquisa epusp/pro/tto/bndes, 2002. (Relatório de Pesquisa) (mimeo).

SANTANA, M.A. Ruptura geracional induzida e estratégias de gestão: a experiência nas montadoras do sul fluminense. Educ. Soc. , Campinas, v. 31, n. 111, Junho de 2010.

SANTANA, M.A. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. Boitempo Editorial, São Paulo, 2001.

